

WALKÍRIA COSTA NA GUERRILHA DO ARAGUAIA: educação, memória e resistência (1966-1974)

*Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França
Wanessa Silva de Oliveira
Mário Allan da Silva Lopes*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar as experiências educativas de Walkíria Afonso Costa, militante da Guerrilha do Araguaia, focalizando as representações construídas sobre sua imagem a partir de disputas de memória e preconceitos de gênero, tendo como base o período entre 1966 e 1974. A pesquisa caracteriza-se como histórica, de abordagem qualitativa, utilizando como fontes a obra “Guerrilheiras do Araguaia: os caminhos de quatro jovens militantes” (Maia; Dantas; Savignano, 2004), bem como documentos coletados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) (Brasil, 1993, 2014) e Rubinger (1986), especialmente aqueles vinculados ao fundo da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014). Dialoga com autores e autoras como Maurice Halbwachs (1990), Michael Pollak (1989) e Luísa Briggmann e Cristina Wolff (2019) para compreender a construção das memórias sobre as mulheres na guerrilha. Os resultados evidenciam que a trajetória de Walkíria foi marcada pelo compromisso com uma educação crítica e transformadora, orientada pela reflexão e pela conscientização social. Também revelam que a violência direcionada à militante extrapolou a repressão armada da ditadura militar, manifestando-se em disputas de memória e representações atravessadas por preconceitos de gênero. Conclui-se que sua jornada contribui para compreender as relações entre educação, resistência política, memória e participação feminina na história brasileira.

Palavras-chave: Walkíria Afonso Costa; guerrilha do Araguaia; ditadura militar; Amazônia.

WALKÍRIA COSTA IN THE ARAGUAIA GUERRILLA: education, memory, and resistance (1966-1974)

Abstract

This study aims to analyze the educational experiences of Walkíria Afonso Costa, a militant of the Araguaia Guerrilla, focusing on the representations constructed around her image through memory disputes and gender prejudice, based on the period between 1966 and 1974. The research is historical in nature and adopts a qualitative approach, drawing on the book *Guerrilheiras do Araguaia: os caminhos de quatro jovens militantes* (Maia, Dantas, & Savignano, 2004), as well as documents collected from the Information System of the Brazilian National Archives (SIAN) (Brazil, 1993, 2014) and Rubinger (1986), particularly those associated with the records of the National Truth Commission (Brazil, 2014). The study engages with the works of Maurice Halbwachs (1990), Michael Pollak (1989), and Luísa Briggmann and Cristina Wolff (2019) to examine the construction of memories surrounding women in the guerrilla movement. The findings demonstrate that Walkíria's trajectory was marked by a commitment to critical and transformative education, guided by reflection and social awareness. They also reveal that the violence directed against her extended beyond the armed repression of the military dictatorship, taking the form of memory disputes and representations shaped by gender prejudice. It is concluded that her life trajectory contributes to a deeper understanding of the relationships between education, political resistance, memory, and women's participation in Brazilian history.

Keywords: Walkíria Afonso Costa; Araguaia guerrilla; military dictatorship; Amazon.

WALKÍRIA COSTA EN LA GUERRILLA DEL ARAGUAIA: educación, memoria y resistência (1966-1974)

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo analizar las experiencias educativas de Walkíria Afonso Costa, militante de la Guerrilla del Araguaia, centrándose en las representaciones construidas sobre su imagen a partir de disputas por la memoria y prejuicios de género, tomando como referencia el período comprendido entre 1966 y 1974. La investigación es de carácter histórico y adopta un enfoque cualitativo, utilizando como fuentes la obra *Guerrilheiras do Araguaia: os caminhos de quatro jovens militantes* (Maia, Dantas y Savignano, 2004), así como documentos recopilados en el Sistema de Informaciones del Archivo Nacional (SIAN) (Brasil, 1993, 2014) y Rubinger (1986), especialmente aquellos vinculados al fondo de la Comisión Nacional de la Verdad (Brasil, 2014). Dialoga con autores como Maurice Halbwachs (1990), Michael Pollak (1989) y Luísa Briggmann y Cristina Wolff (2019) para comprender la construcción de las memorias sobre las mujeres en la guerrilla. Los resultados evidencian que la trayectoria de Walkíria estuvo marcada por el compromiso con una educación crítica y transformadora, orientada hacia la reflexión y la concienciación social. Asimismo, revelan que la violencia dirigida contra la militante trascendió la represión armada de la dictadura militar, manifestándose en disputas por la memoria y en representaciones atravesadas por prejuicios de género. Se concluye que su trayectoria contribuye a comprender las relaciones entre educación, resistencia política, memoria y participación femenina en la historia de Brasil.

Palabras clave: Walkíria Afonso Costa; guerrilla del Araguaia; dictadura militar; Amazonia.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo analisar as experiências educativas de Walkíria Afonso Costa, militante da Guerrilha do Araguaia, focalizando as representações construídas sobre sua imagem a partir de disputas de memória e preconceitos de gênero, tendo como base o período entre 1966 e 1974. Tal fase é demarcada pelo início de sua trajetória docente, em 1966, após ser aprovada em concurso público, e por 1974, ano associado à sua captura pelos militares.

A Guerrilha do Araguaia contou com 69 militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que se deslocaram para o Bico do Papagaio, região fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Goiás — área que atualmente compreende parte do estado do Tocantins. O cenário externo era marcado pela Guerra Fria e pelas tensões entre os blocos capitalista e comunista, fatores que influenciaram diretamente o contexto interno brasileiro, especialmente durante a década de 1970, sob a ditadura militar brasileira.

Dos 69 militantes envolvidos na guerrilha, 18 eram mulheres. Embora o número possa não parecer expressivo à primeira vista, é importante considerar o contexto histórico do século XX, marcado pelo ingresso gradual das mulheres na vida pública e política. Essas 18 mulheres representaram uma ruptura significativa com os papéis sociais tradicionalmente atribuídos ao gênero feminino.

Com isso, a relevância científica e social deste trabalho justifica-se por sua contribuição à história da educação, ao explorar a participação feminina na Guerrilha do Araguaia, e pelo enfrentamento da memória que representa a ditadura militar como incruenta, nos dizeres de Fico (2014). Essa representação diverge muito das experiências vividas por opositores políticos que sofreram nas mãos dos militares, bem como por familiares perseguidos ou vinculados aos mortos e desaparecidos políticos desse período. Ademais, de maneira subjetiva, abordar a presença de mulheres nesse movimento significa dar visibilidade a pessoas historicamente silenciadas, cujas experiências, formas de resistência e memórias permanecem marginalizadas na produção científica.

Para tal empreendimento, adotou-se a pesquisa histórica de abordagem qualitativa. Tem-se como obra principal, mas não exclusiva, “Guerrilheiras do Araguaia: os caminhos de quatro jovens militantes”, escrita por três jornalistas, Iano Flávio Maia, Renata Dantas e Verónica Savignano (2004). Trata-se de uma pesquisa publicada como livro pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Composta de 291 páginas, a obra traz para discussão a história das guerrilheiras Telma Regina Cordeiro Corrêa, codinome Lia; Luíza Augusta Garlippe, Tuca; Suely Yumiko Kamaiana, Chica; e Walkíria Afonso Costa, conhecida como Walk. Os autores afirmam que foram “[...] costurando trechos da vida de nossas personagens e os misturando com a contextualização histórica” (Maia; Dantas; Savignano, 2004, p. 12).

O livro é composto por um conjunto de documentos do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), relatórios secretos das Forças Armadas, arquivos de órgãos da repressão da ditadura, estatutos de organizações relacionadas a mortos e desaparecidos políticos e documentos orais. Contém também 62 entrevistas, entre elas as de familiares das quatro protagonistas, de seus companheiros, de ex-guerrilheiros do Araguaia, de amigos de infância e juventude, de colegas de militância política das quatro mulheres e de outros militantes do Partido Comunista do Brasil ou de organizações de esquerda do período, além de antigos pesquisadores, estudiosos do assunto e moradores da região.

A obra evidencia a diferença entre o fazer científico de jornalistas e historiadores, revelando não apenas distinções no estilo narrativo, mas também metodológicas e epistemológicas. Como recurso para prender o leitor e tornar o conteúdo acessível, utiliza uma narrativa que possibilita maior aproximação com os acontecimentos, trazendo características dos textos narrativos e uma linguagem que se assemelha à ficcional. Assim, gera dúvidas em alguns trechos, pois, ao ambientar o leitor sobre o tema, leva-o a questionar onde há ficção ou história. O historiador, diferentemente, concentra-se na crítica documental, buscando evitar recursos como esses em favor da análise contextual. A obra, entretanto, é muito valiosa pelas diversas entrevistas que trazem memórias em torno desse momento da historiografia, sobretudo por tratar de um tema sensível, já que a opressão dos militares sobre militantes e camponeses impediu que muitas histórias viessem à tona, em razão do medo vigente.

Foram mobilizados documentos de diferentes naturezas, como matérias jornalísticas e fontes oficiais disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), com destaque para aqueles vinculados ao fundo da Comissão Nacional da Verdade (CNV). A coleta documental foi realizada por meio de consultas ao acervo digital do SIAN, utilizando a palavra-chave “Walkíria Afonso Costa”. A escolha dessa militante como eixo central da investigação justifica-se pela quantidade de documentos encontrados no acervo e por sua relevância histórica no contexto da Guerrilha do Araguaia. Segundo Corrêa (2013), Walkíria, Walk ou Wal é reconhecida como símbolo de resistência, por ter sido a última guerrilheira capturada pelas forças militares durante a repressão ao movimento, no fim de setembro de 1974, episódio que marcou o encerramento da guerrilha.

Além disso, a expressiva quantidade de documentos encontrados relativos à sua trajetória, especialmente nos relatórios produzidos pela CNV e em outras fontes reunidas no referido fundo documental, possibilita uma análise mais aprofundada de sua experiência. Cabe destacar que a CNV constituiu uma iniciativa do governo federal voltada à investigação e ao esclarecimento das graves violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar brasileira, reunindo informações fundamentais para a reconstrução da memória histórica desse período.

Este artigo, além desta introdução, está organizado em mais três seções. Na primeira, discute-se o contexto histórico da Guerrilha do Araguaia e a inserção das mulheres nesse movimento, com destaque para suas trajetórias formativas e experiências educativas. Analisa-se

também a trajetória de Walkíria Afonso Costa, enfatizando sua atuação docente, sua militância política e as práticas educativas desenvolvidas junto às populações camponesas.

Na terceira, examinam-se as representações construídas sobre a militante em documentos oficiais e discursos veiculados pela imprensa, buscando compreender as disputas de memória e os preconceitos de gênero que atravessaram sua imagem. Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais são retomados os principais resultados da pesquisa e suas contribuições para a história da educação e para a história das mulheres.

AS MULHERES GUERRILHEIRAS: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS

A participação das mulheres na Guerrilha do Araguaia deve ser compreendida para além de sua presença numérica no movimento. Suas trajetórias revelam experiências de formação intelectual, atuação docente, trabalho político e inserção em redes de sociabilidade que contribuíram para a construção de práticas educativas no interior da luta revolucionária.

A preparação para a guerrilha teve início em 1966, com a chegada dos primeiros militantes à região do Araguaia, e durou até 1972, ano em que o Estado tomou conhecimento da presença de homens e mulheres na clandestinidade ligados ao PCdoB. A partir de então, ocorreram as primeiras incursões militares na região, com o objetivo de sondar a situação. Depois disso, iniciou-se a guerrilha, que se prolongou até 1974, contando com três operações realizadas pelo Estado (Peixoto, 2011). É importante destacar que a escolha dessa localização ocorreu em decorrência de sua distância e de seu isolamento, assim como dos conflitos entre camponeses e latifundiários.

A escolha de uma área de mata fazia parte de uma tendência mais ampla dos movimentos sociais. Tratava-se do que Grynspan e Dezemone (2007) chamaram de uma verdadeira descoberta do campo e dos camponeses, visto que o Brasil era essencialmente rural nesse momento; portanto, a força motriz necessária para mudanças sociais e políticas estaria no campo. A segunda metade do século XX também foi importante para discutir o mundo rural e suas populações a partir de novas categorias. Entre esses novos debates, estava a substituição de termos como “sertanejo” e “ruralista” por “camponês”.

Paralelamente, também havia uma mudança na percepção sobre esses sujeitos, antes vistos como ignorantes, bárbaros ou resistentes ao progresso e à civilidade (Nascimento, 2000). Por outro lado, os militares, representantes dos setores conservadores, compreendiam a região amazônica como um ambiente exótico, atrasado e necessitado de um processo civilizador. Essa dimensão justificava, inclusive, o avanço do Estado sobre a região, que, assim como em outros momentos da história, colaborou para a violação dos direitos dos povos originários e para a produção de representações coloniais.

A participação feminina nesse movimento de esquerda, composto por quase duas dezenas de mulheres, demonstra uma ruptura com os papéis de gênero construídos historicamente, que restringiam a mulher ao tripé mãe, esposa e filha. Isso porque essas mulheres deixaram suas famílias, profissões e vidas cotidianas para viver na clandestinidade e integrar um projeto que pretendia promover uma revolução armada do campo para a cidade, a partir de um trabalho sociopolítico e educacional. Parte delas era formada ou encontrava-se em formação para a docência e dirigiu-se à região com o objetivo de alfabetizar camponeses e recrutá-los para a luta armada.

Walkíria, Telma, Luíza e Suely compartilham uma trajetória marcada pela docência, pela militância política e por práticas de solidariedade social antes mesmo de ingressarem na clandestinidade e de seguirem para a região do Araguaia. Suas experiências evidenciam como a

formação intelectual e pedagógica dessas mulheres esteve profundamente articulada ao projeto político revolucionário defendido pelo PCdoB durante a ditadura militar.

As experiências desenvolvidas por essas militantes junto aos camponeses podem ser compreendidas à luz da concepção freireana de educação como prática da liberdade. Isso porque, mais do que transmitir conhecimentos, essas mulheres participavam de processos de formação política que buscavam promover a leitura crítica da realidade social e das desigualdades vivenciadas pelas populações rurais, visando à superação da opressão (Freire, 1987).

Telma, moradora do bairro de Realengo, no Rio de Janeiro, ingressou no curso de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Aos 21 anos, participou do Projeto Rondon, iniciativa que levava estudantes universitários para diferentes regiões do país com o objetivo de realizar atividades assistenciais junto às populações consideradas carentes. Segundo Maia, Dantas e Savignano (2004), a experiência transformou profundamente sua visão de mundo. Contudo, com a promulgação do Decreto-Lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969 – que estabeleceu punições severas a estudantes, professores e funcionários considerados “subversivos” –, Telma foi expulsa do curso em razão de sua atuação política. Posteriormente, passou a lecionar história e geografia em cursinhos pré-vestibulares, até ingressar no curso de geografia da Universidade Federal Fluminense, em 1970.

Luíza, por sua vez, mudou-se de Araraquara para São Paulo no início da década de 1960 para cursar Enfermagem na USP. Sua atuação junto aos militantes do PCdoB demonstra como os conhecimentos técnicos e educacionais eram incorporados à preparação política para a guerrilha. Em 1969, na Serra do Mar, participou da formação de militantes que aprendiam procedimentos de primeiros socorros, como aplicação de injeções, realização de torniquetes e transporte de feridos com fraturas (Maia; Dantas; Savignano, 2004). Essas práticas revelam a dimensão pedagógica da preparação guerrilheira, baseada não apenas no combate armado, mas também na assistência às populações camponesas.

Também na Serra do Mar encontrava-se Suely, estudante de letras anglo-germânicas e professora de português em escolas da periferia. Sua participação nos treinamentos organizados pelo PCdoB reforça a presença de mulheres professoras e intelectuais no interior do movimento revolucionário. A formação recebida por essas militantes seria posteriormente fundamental para o trabalho desenvolvido junto aos camponeses do Araguaia, em que as ações de conscientização política eram frequentemente acompanhadas de atividades assistenciais, como alfabetização e cuidados com a saúde da população local.

Walkíria apresenta igualmente uma trajetória marcada pela educação e pela crítica às práticas autoritárias presentes no cotidiano escolar. Em 1968, ingressou no curso de pedagogia da UFMG, sendo aprovada em segundo lugar no vestibular. No entanto, sua experiência docente teve início anteriormente, em 1966, quando foi aprovada em concurso público para professora do estado e passou a atuar em Pirapora, município localizado a 342 quilômetros de Belo Horizonte. Décadas mais tarde, recebeu nessa cidade uma homenagem póstuma, posteriormente marcada por disputas de memória em torno de sua trajetória política.

Os autores destacam ainda a postura crítica de Walkíria diante das formas de repressão escolar. Em uma situação narrada por Maia, Dantas e Savignano (2004), a militante questionou seus alunos sobre a proibição imposta pela diretora da escola quanto à compra de picolés durante o horário escolar, problematizando a autoridade disciplinadora exercida pela gestão. O episódio evidencia uma concepção pedagógica mais sensível ao diálogo e à autonomia dos estudantes, aspecto que se conecta às práticas educativas desenvolvidas posteriormente pelas militantes no Araguaia.

As representações elaboradas pelos militares sobre a militante Walkíria Afonso Costa, que atuou na região do Bico do Papagaio durante a Guerrilha do Araguaia, no período da ditadura militar, permitem refletir sobre as percepções sociais direcionadas às mulheres que desafiavam a ordem vigente e desempenhavam papéis diferentes daqueles socialmente esperados, tradicionalmente vinculados ao trinômio esposa, mãe e filha.

Briggmann e Wolff (2019) reconhecem a atuação de mulheres nos mais variados postos de militância: na linha de frente, realizando assaltos a bancos, expropriações de veículos e sequestros de aviões; e na retaguarda, organizando a logística das ações, ocultando pessoas e materiais e cuidando dos filhos. É difícil precisar a quantidade de mulheres que atuaram nesse período, pois o trabalho delas ocorria na clandestinidade. As autoras refletem que algumas dessas mulheres sequer se reconheciam como militantes, embora tivessem participação efetiva, ao abrigarem reuniões ou esconderem pessoas, documentos e informações importantes.

Walkíria nasceu em Uberaba, Minas Gerais, e era filha de Odete Afonso Costa e Edwin Costa. Conforme as fontes oficiais, seu percurso acadêmico levou-a por diversas cidades. Entre 1963 e 1965, ela concluiu o curso normal no Colégio São João Batista, habilitando-se para o exercício da docência. No ano seguinte, foi aprovada em concurso público para professora em Belo Horizonte (MG) (Brasil, 2014).

Outras pesquisas, no entanto, apresentam aspectos complementares de sua trajetória formativa. De fato, Walkíria era mineira, mas, durante a década de 1970, era estudante de pedagogia e atuava junto ao movimento estudantil. Nesse período, já mantinha relacionamento com Idalísio Soares Aranha Filho (Aparício), com quem se casou e posteriormente seguiu para o Araguaia (Nossa, 2012). No trecho a seguir, constante em relatório da Marinha, registra-se, sobre a morte da guerrilheira: “Walquíria Afonso Costa – Nov/74, relacionada entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural, levada a efeito pelo Comitê Central do PCdoB, em Xambioá. Morto em 20 OUT 74” (Brasil, 1993).

Sua militância, contudo, remonta ao período em que ingressou na UFMG, aprovada em segundo lugar no vestibular. Passou a se engajar politicamente, destacando-se na militância estudantil. Ocupou o cargo de vice-presidente do diretório acadêmico da Faculdade de Educação em 1968, atuando no Comitê Estudantil do PCdoB acompanhada por seu companheiro, Idalísio, e presidiu o Centro de Estudos Pedagógicos (CEPE) da faculdade. Sua atuação não passou despercebida pelos militares, e sua residência foi invadida por agentes do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG). Entretanto, não foi presa nessa ocasião (Brasil, 2014).

É representativo que Walkíria tenha sido reconhecida como a última pessoa militante morta no contexto da repressão à Guerrilha do Araguaia, sobretudo quando as mulheres são associadas à fragilidade por uma visão patriarcal. Contudo, segundo Briggmann e Wolff (2019), nas organizações de esquerda, pelo menos em teoria, homens e mulheres eram considerados iguais na luta contra a ditadura; na prática, entretanto, essa igualdade não se efetivava plenamente. Isso porque, a partir dos depoimentos de alguns militantes, observa-se que, mesmo diante desse discurso de igualdade, a participação feminina em determinadas atividades era frequentemente questionada, sobretudo quando envolvia o uso de armas. As mulheres passavam a atuar como agentes de ligação, mensageiras, cozinheiras, professoras, costureiras e enfermeiras, desempenhando funções consideradas de apoio (Briggmann; Wolff, 2019).

Dessa forma, a Guerrilha do Araguaia, seja pelo isolamento geográfico ao qual os militantes estavam submetidos no interior da Amazônia, seja pelo reduzido número de participantes — 69 homens e mulheres —, parece não ter evidenciado esse problema de desigualdade de forma tão

explícita nas fontes analisadas. Quando o primeiro confronto com os militares foi deflagrado, em 1972, homens e mulheres pegaram em armas e resistiram conjuntamente.

A GUERRILHA DO ARAGUAIA: MEMÓRIAS E EDUCAÇÃO

As experiências desenvolvidas pelas militantes não se encerraram com o fim da guerrilha. No período posterior à ditadura militar, suas trajetórias passaram a ser objeto de disputas de memória, nas quais diferentes grupos sociais procuraram atribuir significados à resistência armada, à participação feminina e ao legado político da Guerrilha do Araguaia. Nesse contexto, a figura de Walkíria Afonso Costa tornou-se um importante campo de disputa simbólica.

Em decorrência de um projeto de lei do vereador José Carlos Costa, seu nome substituiu a antiga Rua 10, localizada no bairro Nova Pirapora, em Pirapora, Minas Gerais. A Câmara Municipal aprovou a Lei n. 958/86 em sua homenagem póstuma. A iniciativa provocou repercussões negativas em setores da opinião pública, especialmente em jornais alinhados aos militares. Tal posicionamento pode ser observado de maneira explícita em artigo publicado no jornal “A Semana” e assinado por Fernando Rubinger (1986).

A matéria inicia-se com a conceituação do termo guerrilha, a partir do dicionário, como “[...] pequeno corpo de guerreiros voluntários que atacam o inimigo fora do campo ou de emboscada” (Rubinger, 1986, p. 3), atribuindo-lhe, ainda, sinônimos como “tropa indisciplinada” e “bando de ladrões”. Em seguida, o jornalista argumenta que a guerrilha é constituída por “[...] um grupo armado que, por razões político-ideológicas, mais ideológicas do que políticas, mais paixão do que sensatez, mata, destrói, faz explodir bombas, assassina inocentes, impõe o terrorismo em determinados locais” (Rubinger, 1986, p. 3).

Nesse trecho, é possível verificar a “interação entre informação e discurso” (Barros, 2023, p. 64), visto que os jornais constituem meios de comunicar ideias e interferir na sociedade. Dessa maneira, “[...] as informações e opiniões são duas ordens de discursos que se alteram, interagem entre si e, por vezes, se fundem em uma coisa só” (Barros, 2023, p. 64). Na prática, a Guerrilha do Araguaia não foi responsável por introduzir o terrorismo na região, mas sim os próprios militares, por meio das campanhas de aniquilamento. Ao tentarem romper a rede de solidariedade construída a partir de um trabalho social e político, que estabeleceu laços afetivos entre militantes e camponeses, os militares difundiram o terror por meio da violência física e psicológica, além das prisões arbitrárias de moradores (Lima, 2018).

O posicionamento contrário à homenagem prestada a uma guerrilheira encontrava respaldo não apenas entre apoiadores dos militares, mas também entre cidadãos comuns, alheios aos acontecimentos ocorridos no Bico do Papagaio e à violência empregada contra os militantes e moradores locais. A propaganda anticomunista e a censura constituíram mecanismos eficientes para a manutenção de uma opinião pública favorável ao regime e que, mesmo após a redemocratização, não desapareceram imediatamente do imaginário social.

Outro aspecto relevante é a inserção do jornal em uma rede mais ampla de periódicos, revelando um complexo mercado midiático influenciado por interesses políticos e econômicos (Barros, 2023). Essa complexidade manifesta-se nos posicionamentos assumidos diante da conjuntura nacional, muitas vezes apresentados como opinião jornalística e, neste caso, explicitados no seguinte trecho:

É muita pretensão do jornal ‘A Corrente’ afirmar que ‘Walquíria, a nossa guerrilheira...’. Nossa, não! Criminosa nossa, não: deles! Guerrilheira de José

Carlos Costa e seus inocentes úteis, guerrilheira do Prefeito e do Presidente da Câmara, mas do povo de Pirapora, não! Não creio que o povo de Pirapora, festivo, cristão, gente boa, gente pacífica, esteja aprovando essa maluquice ideológica da turma do poder local! (Rubinger, 1986, p. 3).

A matéria do jornal “A Corrente”, mencionada no texto de “A Semana” e analisada neste trabalho, não foi localizada durante o levantamento documental. Contudo, o próprio jornalista fornece indícios de seu conteúdo ao se opor veementemente à publicação e mencionar a manchete “Walquíria, nossa guerrilheira, agora é nome de rua”. Além disso, José Carlos Costa é apontado como o vereador responsável pela proposição da Lei n. 958/86, assinada também por outros parlamentares da Câmara Municipal.

Em outro momento, Rubinger (1986, p. 3) afirma:

Se Walquíria foi mesmo guerrilheira, deve ter matado muita gente, porque guerrilheiro mata mesmo, não são crianças brincando de tomar o forte [...] não, ela não foi parar ali em nosso nome, em nome do povo de Pirapora... Analisando bem, se a gente for ler o jornal, fica parecendo que o povo de Pirapora é a expressão do pensamento distorcido do sr. José Carlos Costa!

É possível observar que, desde a década de 1980, já existiam disputas de memória acerca da ditadura militar e da Guerrilha do Araguaia. O texto jornalístico isola a guerrilha como expressão exclusiva da violência, sem considerar as ações repressivas empreendidas pelo Estado. Mais do que isso, as violências praticadas pelo Exército são colocadas em dúvida, à medida que o desaparecimento de Walkíria passa a ser tratado como resultado de uma escolha individual. O texto de Rubinger (1986, p. 3) sugere que, enquanto seus familiares sofriam com sua ausência, ela estaria vivendo confortavelmente em algum lugar:

“Não há registro da sua morte”, nos informa o mal informado Vereador. E vai ser muito bonito mesmo se o destino nos pregar uma daquelas peças e a assassina (guerrilheira mata sim) por aqui aparecer, vivinha da silva, aburguesada com um doutor qualquer para a inauguração da sua rua. Com foguete e tudo.

Sugerir que Walkíria estaria usufruindo de uma vida confortável ao lado de um homem de elevado *status* socioeconômico não desrespeita apenas sua memória, mas também sua dignidade como mulher e esposa. Tal argumento desqualifica sua atuação social e política junto aos camponeses do Araguaia, sua resistência como “mulher da mata” e minimiza a violência estatal que a transformou na última guerrilheira capturada pelas forças militares. Além disso, permite identificar a permanência de discursos conservadores direcionados às mulheres que ocuparam o espaço público ao longo do século XX.

Durante a ditadura, os militares insistiram em associar as mulheres militantes à promiscuidade, atribuindo-lhes imagens pejorativas e sexualizadas. Era recorrente que fossem chamadas de “putas comunistas”, enquanto suas sexualidades eram exploradas como estratégia de difamação, justamente porque haviam rompido com os códigos sociais vigentes e com os estereótipos de submissão e dependência feminina (Briggmann; Wolff, 2019). Esse imaginário ainda aparece de forma latente no discurso de Fernando Rubinger, ao sugerir que Walkíria teria abandonado seus ideais para viver confortavelmente ao lado de um homem rico.

Outro trecho evidencia esse posicionamento:

E maior tristeza nos dá é que esse moço (José Carlos Costa) é educador, professor de jovens em Buritizeiro e Pirapora! Como o professor ensina o que

sabe, não se assustem os pais de família se de repente seus filhos aparecerem em casa armados e querendo sair para o mundo para protestar contra o ‘capitalismo selvagem’ e/ou outro jargão comum a essa casta de gente [...] (Rubinger, 1986, p. 3).

Esse posicionamento, que associa a violência exclusivamente aos grupos guerrilheiros e busca difundir o medo entre os cidadãos, remete aos pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional difundida pela Escola Superior de Guerra (ESG). Trata-se, entretanto, de um discurso contraditório, uma vez que o próprio Estado detém o monopólio do uso legítimo da força e, durante a ditadura, legitimou práticas de tortura. A ESG foi criada com a finalidade de planejar a segurança nacional e articulá-la ao desenvolvimento do país antes do golpe civil-militar de 1964; após esse evento, passou a desempenhar papel estratégico na estrutura governamental, ampliando a centralidade de sua doutrina (Gonçalves, 2011).

A violência estatal é evidenciada também na pesquisa da historiadora Fabiana de Paula Guerra (2006), que analisa a participação das mulheres na Guerrilha do Araguaia a partir de entrevistas realizadas com militantes que desertaram ou sobreviveram à repressão. Seu estudo concentra-se especialmente na violência praticada pelo Estado e nas implicações desse processo para a reinserção social dessas mulheres. Embora também aborde as trajetórias anteriores à guerrilha e as relações estabelecidas no Araguaia, o foco recai sobre as marcas deixadas pela repressão na trajetória dessas mulheres.

O uso dessas fontes possibilita compreender as disputas de memória presentes nos discursos produzidos por grupos opositores em torno da Guerrilha do Araguaia e de suas militantes. Nesse sentido, este trabalho dialoga com as reflexões de Michael Pollak (1989), especialmente com o conceito de memória enquadrada. Para o autor, a memória não é construída de forma neutra ou espontânea, mas resulta de processos de seleção, de silenciamento e de organização promovidos por instituições, grupos políticos e sujeitos sociais que disputam a legitimidade das narrativas sobre o passado.

Outro teórico importante para compreender a memória em sua dimensão coletiva é Maurice Halbwachs (1990). O autor argumenta que a memória é construída socialmente e depende dos grupos aos quais os sujeitos pertencem. Assim, a imagem construída sobre Walkíria e sobre outras militantes não resulta apenas de suas trajetórias individuais, mas das disputas travadas entre grupos políticos, instituições estatais, familiares, movimentos sociais e imprensa. Portanto, a memória de Walkíria constitui um exemplo do que Halbwachs (1990) denominou memória coletiva, uma vez que sua trajetória é constantemente reinterpretada por diferentes grupos sociais que atribuem sentidos distintos ao passado e disputam a legitimidade de suas narrativas.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que os documentos oficiais produzidos durante a ditadura militar brasileira não apenas registravam acontecimentos, mas também atuavam na construção de determinadas representações sobre os militantes da guerrilha, enquadrando-os como ameaças à ordem nacional. No caso de Walkíria Afonso Costa, esse enquadramento aparece associado à criminalização de sua atuação política e, em muitos casos, ao ataque moral direcionado às mulheres militantes, buscando deslegitimar suas trajetórias e invisibilizar suas experiências educativas e políticas.

Com a discussão empreendida neste trabalho, buscou-se contribuir para a história da educação em diálogo com a história das mulheres, especialmente com a história daquelas que abdicaram da convivência familiar para lutar por um país democrático. As militantes sobreviventes tornaram-se testemunhas da barbárie e carregam os traumas da violência e da impunidade. Mesmo

aquelas que tiveram suas vidas brutalmente interrompidas continuaram tendo seus nomes e sua dignidade colocados em questão por apoiadores do regime militar.

Estudar essas trajetórias permite desenvolver uma aprendizagem histórica efetiva nas escolas e universidades, ampliando o entendimento acerca dos espaços, sujeitos e práticas educativas que extrapolam os limites da instituição escolar. Ao analisar a trajetória de Walkíria Afonso Costa, evidencia-se que a educação também se constitui em experiências de formação política, processos de conscientização, circulação de saberes e construção de vínculos sociais em contextos de conflito e resistência. Nessa perspectiva, este trabalho reforça a compreensão de que práticas educativas podem emergir em diferentes espaços sociais, inclusive em movimentos políticos e populares, ampliando as possibilidades analíticas da história da educação brasileira.

Nesse sentido, buscou-se fortalecer os estudos sobre mulheres na história da educação ao demonstrar como relações de gênero influenciaram tanto a atuação de professoras e militantes quanto as representações construídas sobre elas após a Guerrilha do Araguaia. Ao revelar que a violência dirigida a Walkíria permaneceu ativa nas disputas de memória e nos discursos produzidos sobre sua trajetória, o estudo evidencia que os processos educativos também são atravessados por relações de poder, produção de memórias e disputas simbólicas, aspectos centrais para a aprendizagem histórica da/na sociedade brasileira.

Para Rüsen (2007), a aprendizagem histórica ocorre quando os sujeitos utilizam o passado para compreender o presente e projetar o futuro. Nesse sentido, o estudo da Guerrilha do Araguaia não possui apenas uma função memorial, mas também educativa, pois ensina sobre autoritarismo, participação política feminina, violência estatal, democracia e direitos humanos.

Logo, ao reconstituir as experiências das guerrilheiras do Araguaia, esta análise contribui para a formação da consciência histórica, permitindo que novas gerações interpretem criticamente os processos autoritários do passado e reflitam sobre os desafios democráticos do presente.

A reconstituição da trajetória de Walkíria pode ser compreendida como um exercício de memória contra o esquecimento. Em diálogo com Benjamin (1987), trata-se de fazer emergir a experiência histórica dos vencidos, questionando narrativas oficiais que buscaram legitimar a repressão e silenciar formas de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo do texto articularam três dimensões complementares: o contexto histórico da Guerrilha do Araguaia, as trajetórias educativas de Walkíria Afonso Costa e de suas companheiras e os processos de construção da memória sobre essas personagens. Tal organização permitiu compreender de forma integrada a experiência de Walkíria Afonso Costa e os sentidos atribuídos à sua atuação política, entre os quais se destaca o compromisso com uma educação de caráter crítico e transformador, que ultrapassava sua formação e atuação formal como docente.

Tal perspectiva pode ser observada no episódio relatado por Maia, Dantas e Savignano (2004), no qual a militante questiona seus alunos sobre a proibição imposta pela diretora da escola quanto à compra de picolés durante o horário escolar. Mais do que reproduzir normas institucionais, ela estimulava a reflexão de seus alunos acerca das regras e das relações de autoridade presentes no cotidiano escolar.

Essa postura revela uma prática educativa voltada ao diálogo, à problematização da realidade e à formação de sujeitos críticos, características que posteriormente também se

manifestariam em sua atuação política e social. Sua trajetória demonstra, portanto, que a educação ocupava um papel central em sua formação e em seu modo de compreender as transformações sociais.

A trajetória de Walkíria revela intensa participação no movimento estudantil e nos debates políticos e sociais de seu tempo, elementos que contribuíram para sua formação política e para seu posterior ingresso na Guerrilha do Araguaia. Além disso, a análise das trajetórias de outras militantes, como Telma, Luíza e Suely, demonstrou que a experiência docente e os processos de formação educacional ocupavam lugar central em suas vidas antes mesmo da clandestinidade (Maia; Dantas; Savignano, 2004).

Sendo assim, foi possível identificar uma dimensão educativa presente na própria Guerrilha do Araguaia, expressa nas práticas de alfabetização, conscientização política, assistência social e trabalho junto às populações camponesas. Isso evidencia que a atuação dessas mulheres esteve marcada não apenas pela resistência política, mas também por processos de ensino e aprendizagem voltados à transformação social.

A análise empreendida evidenciou que a construção das representações sobre Walkíria Afonso Costa não pode ser compreendida de forma isolada, mas deve ser situada no interior das disputas de memória em torno da Guerrilha do Araguaia e da própria ditadura militar brasileira. A partir da articulação entre documentos oficiais e discursos veiculados por setores conservadores, foi possível identificar a atuação de diferentes aparelhos ideológicos de Estado na produção de narrativas que visavam legitimar a repressão, desqualificar a luta armada e, de modo particular, atacar a presença feminina no espaço político.

Com base nas contribuições de Althusser (2023), observou-se que tanto as fontes oficiais quanto os discursos midiáticos analisados operam como instrumentos de reprodução ideológica, moldando percepções sociais acerca do passado e delimitando os sentidos atribuídos à Guerrilha do Araguaia.

Esses discursos não apenas classificaram Walkíria como “inimiga do Estado”, mas também recorreram a estratégias morais e de gênero para deslegitimar sua trajetória, associando sua militância à criminalidade, à violência e à promiscuidade. Tal construção revela como a repressão política se articulou a valores conservadores profundamente enraizados, que reservavam às mulheres papéis restritos ao âmbito privado e familiar.

O conceito de memória desenvolvido por Pollak (1989) foi fundamental para compreender como determinadas narrativas foram organizadas, hierarquizadas e naturalizadas ao longo do tempo. O enquadramento operado por instituições estatais e por atores políticos e midiáticos contribuiu para silenciar práticas repressivas do Estado, ao mesmo tempo em que isolava a guerrilha como foco exclusivo da violência. Essa assimetria narrativa permanece ativa no período pós-ditadura, como demonstrado pela reação negativa à homenagem póstuma concedida a Walkíria, evidenciando a persistência dessas disputas no tempo presente.

Percebe-se que a violência direcionada à militante não se restringiu ao contexto da repressão armada, mas se estendeu à esfera da memória e da moral pública, perpassando o campo da violência simbólica. Ao questionar sua dignidade, sua sexualidade e sua legitimidade política, os discursos conservadores reafirmaram uma lógica patriarcal que atravessa a história brasileira e que segue operando na desqualificação de mulheres que ocupam espaços de visibilidade e contestação política.

Dessa forma, este trabalho buscou contribuir para a historiografia da Guerrilha do Araguaia ao enfatizar as dimensões educativas, discursivas e de gênero presentes na construção da memória histórica. Ao reconstituir a trajetória de Walkíria Afonso Costa e problematizar as representações

produzidas sobre ela, buscou-se também colaborar para a história das mulheres e para o enfrentamento dos silêncios que ainda marcam esse período.

Entende-se que revisitar essas narrativas constitui um compromisso ético e político com a memória, a verdade histórica e a justiça. Em um contexto no qual discursos autoritários e revisionistas ainda encontram espaço, refletir criticamente sobre o passado da ditadura militar e sobre as mulheres que resistiram a ela torna-se uma tarefa indispensável para a consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BARROS, José D'Assunção. *O jornal como fonte histórica*. Petrópolis: Vozes, 2023.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. *Acervo documental relacionado ao objeto de trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que consiste na coletânea de toda a documentação da Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e também no acervo da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça: relatórios dos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica* (caixa 5, v. 14). 1993. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), Fundo Comissão Nacional da Verdade, Série BR RJANRIO CNV.0.RCE, Código BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000122201347, v. 22. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_cnv/0/rce/00092000122201347_v_022/br_rjanrio_cnv_0_rce_00092000122201347_v_022_d0001de0001.pdf. Acesso em: 23 mar. 2024.

BRASIL. *Relatório final da Comissão Nacional da Verdade*. 2014. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), Fundo Comissão Nacional da Verdade, Série BR RJANRIO CNV.0.CVE, Código BR RJANRIO CNV.0.CVE.00092000510201590. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_cnv/0/cve/00092000510201590/br_rjanrio_cnv_0_cve_00092000510201590_d0003de0003.pdf. Acesso em: 23 mar. 2024.

BRIGGMANN, Luísa Dornelles; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres militantes na esquerda na ditadura militar. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (org.). *Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019. E-book. p. 303-323.

CORRÊA, Carlos Hugo Stuart. *Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)*. 2013. 619 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto. Doutrina de Segurança Nacional e desenvolvimento na ditadura civil-militar: estratégias e educação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: Associação Nacional de História, 2011.

GRYNSZPAN, Mário; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: ligas camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 209-236.

GUERRA, Fabiana de Paula. *Araguaia: desvelando silêncios (a atuação das mulheres na guerrilha)*. 2006. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19146/1/AraguaiaDesvelandoSilencios.pdf>. Acesso em: 1 maio 2026.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LIMA, Beatriz Francisca de. *Mulheres camponesas na Guerrilha do Araguaia*. 2018. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Faculdade de História, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2018. Disponível em: https://repositorio.unifesspa.edu.br/bitstream/123456789/1070/1/TCC_Mulheres%20camponesas%20na%20guerrilha%20do%20Araguaia.pdf. Acesso em: 1 maio 2026.

MAIA, Iano Flávio de Souza; DANTAS, Renata Coimbra Siqueira; SAVIGNANO, Verónica Maria. *Guerrilheiras do Araguaia: os caminhos de quatro jovens militantes*. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2004.

NASCIMENTO, Durbens Martins. *A Guerrilha do Araguaia: “paulistas” e militares na Amazônia*. 2000. 202 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/728d1436-94fc-4de8-8d78-3a3b299f6091/content>. Acesso em: 1 jul. 2026.

NOSSA, Leonencio. *Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set./dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222011000300002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/7yNB4vJFZrc5Qp5LWMGSnbp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 maio 2026.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 04 ago. 2026.

RUBINGER, Fernando. Autoridades fazem apologia da violência. *A Semana*, Pirapora, n. 706, 3-9 out. 1986. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ooo/86012392/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ooo_86012392_d0001de0001.pdf. Acesso em: 23 mar. 2024.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

Submetido em junho de 2026
Aprovado em junho de 2026

Informações das autoras

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França
Universidade do Estado do Pará (UEPA)

E-mail: socorroavelino@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6974-2606>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7005058905002975>

Wanessa Silva de Oliveira

Universidade do Estado do Pará (UEPA)

E-mail: profa.wanessa.oliveira@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3813-2893>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1794277868612372>

Mário Allan da Silva Lopes

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

E-mail: m.allanlopes@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6682-4633>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6657202929774206>